

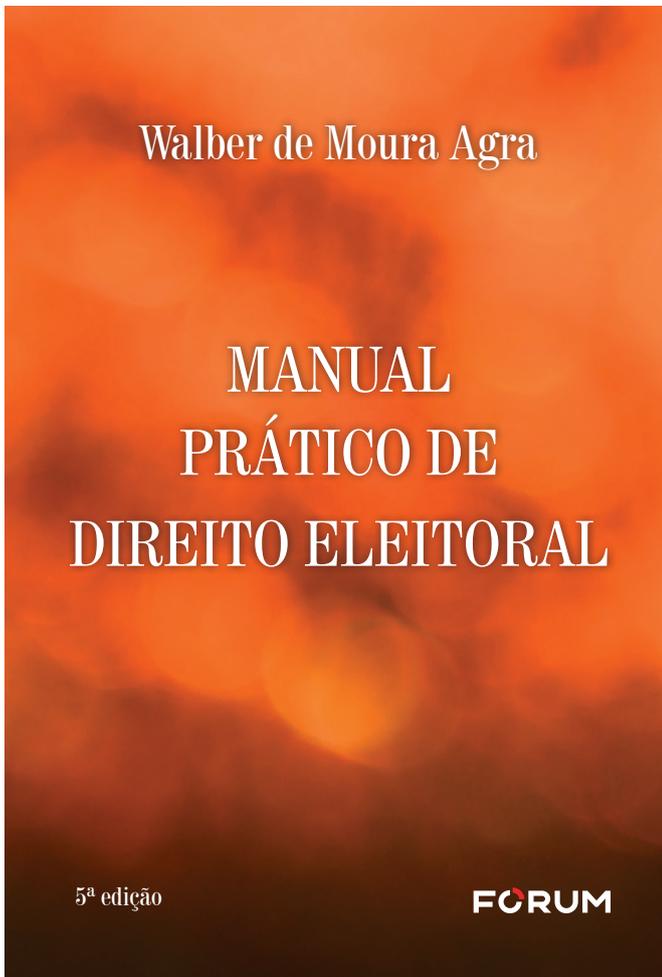
Walber de Moura Agra

MANUAL PRÁTICO DE DIREITO ELEITORAL

5ª edição

Área específica
DIREITO ELEITORAL.

Áreas afins do livro
DIREITO PÚBLICO – DIREITO CONSTITUCIONAL –
DIREITO ELEITORAL.



O objetivo deste *Manual Prático de Direito Eleitoral* é fornecer a todos os operadores jurídicos, que de alguma forma se interessam pela seara eleitoralista, elementos imprescindíveis para desvendar as suas fases, começando da estruturação dos órgãos da Justiça até os recursos eleitorais. Sem se descuidar do fornecimento de uma boa teoria, o enfoque ocorre baseando-se em casos práticos, com exemplos pululantes, para que os leitores saibam qual o posicionamento das instâncias eleitorais, principalmente do Tribunal Regional Eleitoral. Mesmo sabendo da importância da jurisprudência, não se parte de superdimensionamento dessa fonte do direito. Ao contrário, a gênese deve ser o estudo da teórica, que pode fornecer aos estudiosos uma visão sistêmica, para que, partindo-se das premissas básicas, possa-se demonstrar quando as decisões judiciais se originam de silogismos viciosos.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 3417

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A277m Agra, Walber de Moura
Manual prático de direito eleitoral -- 5. ed. -- / Walber de Moura Agra. Belo Horizonte: Fórum, 2024.
503p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-766-3

ISBN digital 978-65-5518-764-9

1. Direito público. 2. Direito constitucional. 3. Direito eleitoral. I. Título.

CDD: 344.046

CDU: 349.6

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Manual prático de direito eleitoral*. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 503p. ISBN 978-65-5518-766-3.

Walber de Moura Agra

Mestre pela UFPE. Doutor pela UFPE e pela *Università deli Studi di Firenze*. Pós-Doutor pela *Université Montesquieu Bordeaux IV*. Livre-Docente pela USP. Professor da UFPE. Professor visitante da *Università degli Studi di Lecce*. Membro do Conselho Científico do Doutorado da Universidade de Lecce. *Visiting Research Scholar of Cardozo Law School*. Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais – IBEC IV. Membro correspondente do Cerdadri – *Centre d'Études et de Recherches sur les Droits Africains et sur le Développement Institutionnel des Pays em Développement*. Procurador do Estado de Pernambuco. Advogado. Ex-Vice Diretor da Escola Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral. Ex-Membro da Comissão de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da OAB.

CAPÍTULO 1	
JUSTIÇA ELEITORAL.....	13
1.1 Órgãos da Justiça Eleitoral	13
1.2 Competências dos órgãos da Justiça Eleitoral.....	18
1.2.1 Competência do Tribunal Superior Eleitoral.....	18
1.2.2 Competência do Tribunal Regional Eleitoral	21
1.2.3 Competência dos Juízes Eleitorais	24
1.3 Funções da Justiça Eleitoral.....	26
1.4 Divisão territorial.....	32
1.5 Funcionamento da Justiça Eleitoral nas eleições municipais	34
1.5.1 Poder de polícia	35
1.5.2 Julgamento das ações e recursos	37
1.6 Ministério Público Eleitoral.....	40
1.7 Procurador-Geral Eleitoral, Procuradores Regionais Eleitorais e Promotor Eleitoral	42
1.7.1 Procurador-Geral Eleitoral	43
1.7.2 Procuradores Regionais Eleitorais	45
1.7.3 Promotor Eleitoral	46
CAPÍTULO 2	
ELEGIBILIDADE	49
2.1 Condições de elegibilidade	51
2.1.1 Nacionalidade brasileira.....	51
2.1.2 O pleno exercício dos direitos políticos.....	52
2.1.2.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.....	53
2.1.2.2 Incapacidade civil absoluta	54
2.1.2.3 Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos	56
2.1.2.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	58
2.1.2.5 Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, §4º.....	58
2.1.3 Alistamento eleitoral.....	66
2.1.4 Domicílio eleitoral na circunscrição.....	67
2.1.5 Filiação partidária.....	69
2.1.6 Idade mínima, dependendo do cargo a ser postulado.....	72
2.2 Causas de inelegibilidade.....	73
2.2.1 Inelegibilidades constitucionais	78
2.2.2 Inelegibilidades absolutas infraconstitucionais	85
2.2.3 Inelegibilidades relativas infraconstitucionais	92
2.2.4 Forma de contagem do prazo das inelegibilidades.....	97
2.2.5 Inelegibilidade superveniente e delimitação temporal para sua incidência	99
2.3 Requisitos de registrabilidade	102
CAPÍTULO 3	
PARTIDOS POLÍTICOS	111
3.1 Conceito de partido político.....	111
3.2 Criação de partidos políticos	112
3.3 Funcionamento dos partidos políticos	116
3.4 Regras específicas acerca da prestação de contas	118
3.5 Princípios partidários.....	122

3.6	Da disciplina partidária	125
3.7	Fidelidade partidária.....	128
3.8	Das hipóteses de justa causa para desfiliação sem a perda do mandato eletivo	131
3.8.1	Do não alcance da cláusula de barreira prevista (art. 17, §5º, da CF/88)	131
3.8.2	Utilização de carta de anuência nos termos do art. 17, §6º, da CF/88.....	132
3.8.3	Das hipóteses de justa causa previstas no art. 22-A, parágrafo único, da Lei nº 9.096/1995	136
3.9	Aspectos processuais da ação de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária e da ação de justificação de desfiliação .	142
CAPÍTULO 4		
	FEDERAÇÕES DE PARTIDOS POLÍTICOS	147
CAPÍTULO 5		
	CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS.....	153
CAPÍTULO 6		
	COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA	163
CAPÍTULO 7		
	REGISTRO E AIRC (AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATO).....	169
7.1	Pedido de registro de candidatura	169
7.2	Unicidade de registro de candidatos	173
7.3	A situação jurídica das candidaturas coletivas	174
7.4	Procedimento do pedido de registro	179
7.5	Ação de impugnação de Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP).....	193
7.6	Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	197
CAPÍTULO 8		
	PROPAGANDA POLÍTICA	215
8.1	Espécies de propaganda política	216
8.1.1	Propaganda partidária.....	216
8.1.2	Propaganda intrapartidária.....	219
8.1.3	Propaganda institucional.....	224
8.1.4	Propaganda eleitoral.....	228
8.1.4.1	Propaganda eleitoral antecipada.....	232
8.1.4.2	Propaganda eleitoral irregular.....	248
8.2	Propaganda eleitoral no período legal	252
8.2.1	No rádio e na televisão	258
8.2.2	Na imprensa escrita.....	259
8.2.3	No horário eleitoral gratuito	260
8.2.4	Na internet (regras gerais).....	261
8.2.5	<i>Fake news</i> , desinformação e discurso de ódio	267
8.2.6	Desinformação e o uso de inteligência artificial.....	276
8.3	Horário da propaganda gratuita	280
8.4	Debates	282
8.5	Fiscalização da propaganda (Representação).....	286
8.6	Direito de resposta.....	294
CAPÍTULO 9		
	PESQUISAS ELEITORAIS	307
9.1	Registro das pesquisas eleitorais.....	312
9.2	Divulgação dos resultados da pesquisa	314
9.3	Impugnações	316
9.4	Penalidades.....	317

CAPÍTULO 10	
FINANCIAMENTO E GASTOS DE CAMPANHA ELEITORAL.....	323
10.1 Financiamento de campanha eleitoral.....	323
10.1.1 Financiamento público.....	324
10.1.2 Financiamento privado.....	328
10.2 Gastos eleitorais.....	331
10.3 Prestação de contas.....	336
10.4 Da medida cautelar preparatória para cessar a realização de gastos antes da apresentação das contas à Justiça Eleitoral.....	341
10.5 Requerimento de regularização de omissão de prestação de contas eleitorais.....	344
CAPÍTULO 11	
IMPEDIMENTOS LEGAIS: ABUSO DE PODER, CONDUTAS VEDADAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	345
11.1 Abuso de poder.....	345
11.1.1 Abuso de poder econômico.....	347
11.1.2 Abuso de poder político.....	353
11.1.3 Abuso de poder por uso indevido dos veículos e dos meios de comunicação.....	356
11.1.4 Fraude à cota de gênero de candidaturas femininas (art. 10, §3º, da Lei nº 9.504/1997).....	361
11.1.5 Captação ilícita de sufrágio.....	368
11.1.6 Ilícitude de gastos e arrecadação de recursos.....	371
11.1.7 Corrupção e caixa dois.....	375
11.1.8 Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.....	379
11.1.8.1 Tipos de condutas vedadas.....	383
11.1.8.2 Proibição de contratação ou demissão.....	388
11.1.8.3 Tipos de condutas vedadas em período eleitoral.....	392
11.1.8.4 Sanções legais.....	397
11.2 Improbidade administrativa.....	399
CAPÍTULO 12	
AÇÕES ELEITORAIS.....	407
12.1 Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE).....	411
12.1.1 Causas.....	415
12.1.2 Procedimento.....	421
12.1.3 Rito prático da AIJE.....	424
12.2 Ação de impugnação de mandato eletivo.....	425
12.2.1 Procedimento.....	430
12.2.2 Rito prático da AIME.....	432
12.3 Mandado de segurança, habeas data e mandado de injunção ...	433
12.4 Habeas corpus.....	438
12.5 Tutelas provisórias no processo eleitoral.....	442
12.6 Ação rescisória.....	445
12.7 Querela Nullitatis.....	448
12.8 Reclamação administrativa eleitoral.....	451
CAPÍTULO 13	
RECURSOS.....	453
13.1 Recurso eleitoral inominado.....	459
13.1.1 Procedimento.....	462
13.2 Recurso ordinário.....	464
13.3 Recurso contra expedição de diploma (RCED).....	470
13.3.1 Cabimento.....	473
13.3.2 Rito.....	475
13.4 Recurso especial.....	477
13.5 Recurso extraordinário.....	481

13.6	Agravo de instrumento.....	483
13.7	Agravo (da decisão que denega subida de recurso especial ou recurso extraordinário)	484
13.8	Agravo interno	486
13.9	Embargos de declaração	487
	REFERÊNCIAS	493